

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO

PROVAS DE AGREGAÇÃO

R E L A T Ó R I O

sobre o
programa, conteúdo e métodos de ensino da disciplina de

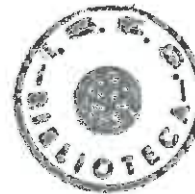
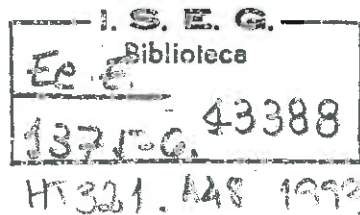
ECONOMIA REGIONAL E URBANA

Alínea a), do número 1, do art.º 9.º do Decreto nº 301/72 de 14 de Agosto

Manuel Brandão de Vasconcelos Alves

DEZEMBRO DE 1993

**UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO**



PROVAS DE AGREGAÇÃO

RELATÓRIO

**sobre o
programa, conteúdo e métodos de ensino da disciplina de
ECONOMIA REGIONAL E URBANA**

Alínea a), do número 1, do art.º 9.º do Decreto nº 301/72 de 14 de Agosto

Manuel Brandão de Vasconcelos Alves

DEZEMBRO DE 1993

ÍNDICE

ÍNDICE	1
INTRODUÇÃO	3
1. ENQUADRAMENTO	7
2. PROGRAMA	15
3. CONTEÚDO DO PROGRAMA	25
4. MÉTODOS DE ENSINO	57

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

O presente Relatório foi elaborado com vista a dar resposta aos quesitos colocados pela alínea a), do número 1, do art.º 9.º do Decreto nº 301/72 de 14 de Agosto, referentes à prestação de provas para a obtenção do título de agregado.

Exige-se do Relatório que inclua o programa, os conteúdos e os métodos de ensino, teórico e prático, das matérias de uma disciplina do grupo em que são requeridas as provas, neste caso o Grupo I de Economia.

Com vista a dar cumprimento aos objectivos enunciados, escolhi a disciplina de **Economia Regional e Urbana do Novo Plano de Estudos da Licenciatura em Economia**. Motivaram-me para o efeito quatro razões principais:

- Desde o pós-licenciatura a maioria da minha reflexão intelectual, em termos académicos ou outros, tem incidido sobre matérias, directa ou indirectamente, relacionadas com a economia espacial;
- A economia espacial constitui, nas suas vertentes teórica e de política económica, uma área de reflexão das mais frutuosas no domínio da Economia;
- A área da Economia Regional e Urbana constitui para o ISEG um dos domínios de pensamento e ensino em que se tem revelado possuir maiores vantagens relativas;
- A disciplina de Economia Regional e Urbana é uma disciplina inovadora no âmbito do recém aprovado Plano de Estudos, na medida em que vem ocupar o lugar que no antigo Plano de Estudos cabia a pelo menos duas disciplinas semestrais.

Com a recente revisão do Plano de Estudos, as disciplinas obrigatórias de Economia Espacial, da Licenciatura em Economia, para o conjunto dos alunos, reduziram-se, de duas para uma cadeira semestral. Se considerarmos também o conjunto das disciplinas de opção o desequilíbrio será substancialmente alargado.

A nova disciplina de Economia Regional e Urbana encontra-se

colocada no 4º e último ano da licenciatura. Este facto pode permitir que a diminuição da duração dos estudos em Economia Regional e Urbana possa ser compensada por um aprofundamento de matérias, que tradicionalmente não podiam ser levadas para além de conhecimentos elementares, uma vez que já que terão sido ministrados conhecimentos, que poderão ser considerados instrumentais, nomeadamente no âmbito das seguintes disciplinas: Estatística, Desenvolvimento Económico, Econometrias, Economia Internacional, Política Económica e Planeamento e Economia Pública.

Além disso, admito que com o Novo Plano de Estudos será possível, por um lado, realizar uma integração de matérias superior à que estávamos habituados no passado, o que eliminará desnecessárias repetições de matérias e por outro, exigir aos alunos que tenham presentes conhecimentos já adquiridos em outras disciplinas e anos da licenciatura.

No ano lectivo em curso, a disciplina de Economia Regional e Urbana ainda surge como uma disciplina de transição. Tornar-se-á obrigatória para todos os alunos da licenciatura a partir do próximo ano lectivo de 1994/95, o que constitui uma excelente oportunidade para preparar um novo programa e respectivo conteúdo. Uma das principais inovações em relação a programas anteriores, em disciplinas da área de economia espacial, com que tenho estado envolvido, resulta de necessidade de realizar, na nova disciplina, uma integração de matérias de economia regional e de economia urbana que, no passado recente, têm constituído programas de disciplinas autónomas.

O trabalho de reflexão em torno do novo programa da disciplina começou há alguns meses a ser realizado por mim e por outros docentes associados à sua leccionação (Dr. António Natalino Martins e Dr. Paulo Lourenço Madruga). Esse trabalho não se encontra ainda terminado, mas o presente Relatório não poderia deixar de beneficiar com essa reflexão, muito embora seja eu dele o único e exclusivo responsável.

1. ENQUADRAMENTO

1. ENQUADRAMENTO

Para uma cadeira semestral, o modo como se encontra explicitado o Programa e a bibliografia referida podem sugerir um programa demasiado longo para o tempo disponível para leccionação. Assim não é necessariamente. Com efeito:

- Em relação à generalidade das disciplinas, Economia Regional e Urbana possui, pelo menos mais de 10% do tempo em aulas, já que é uma disciplina com uma carga horária semanal de 5 horas¹;
- A explicitação do Programa com uma desagregação a 3 dígitos implicando, do ponto de vista formal, uma maior extensão que a de uma desagregação menor, não deve ser confundida com uma maior extensão do ponto de vista do conteúdo;
- Considero que é importante que os alunos ao deixarem a Escola no fim da licenciatura, ou nela continuando para o prosseguimento de estudos pós-graduados, disponham de uma referência suficientemente sistematizada para que posteriormente possam, sem dificuldade, aprofundar a sua reflexão, quando ela se tornar necessária².

Esta última consideração significa que os pontos do Programa não terão necessariamente todos o mesmo desenvolvimento. Procurar-se-á que, quaisquer que venham a ser os ajustamentos a realizar, seja salvaguardado o esqueleto básico da teoria, procurando sacrificar, sobretudo, os aprofundamentos teóricos que são menos relevantes ou a exemplificação que corresponda, a conhecimentos empíricos para que os alunos estão menos sensibilizados, ou que os trabalhos práticos, por eles desenvolvidos, não conseguiram abarcar.

A **Bibliografia Básica** é constituída pelos manuais disponíveis que, pelo nível de aprofundamento e âmbito das matérias tratadas, melhor se

¹ A generalidade das disciplinas possui uma carga horária semanal de 4 horas.

² Esta preocupação é tanto mais importante quanto é certo que o Novo Plano de Estudos, como foi referido, diminui substancialmente o n.º de horas de leccionação de matérias de Economia Espacial.

1. ENQUADRAMENTO

Para uma cadeira semestral, o modo como se encontra explicitado o Programa e a bibliografia referida podem sugerir um programa demasiado longo para o tempo disponível para leccionação. Assim não é necessariamente. Com efeito:

- Em relação à generalidade das disciplinas, Economia Regional e Urbana possui, pelo menos mais de 10% do tempo em aulas, já que é uma disciplina com uma carga horária semanal de 5 horas¹;
- A explicitação do Programa com uma desagregação a 3 dígitos implicando, do ponto de vista formal, uma maior extensão que a de uma desagregação menor, não deve ser confundida com uma maior extensão do ponto de vista do conteúdo;
- Considero que é importante que os alunos ao deixarem a Escola no fim da licenciatura, ou nela continuando para o prosseguimento de estudos pós-graduados, disponham de uma referência suficientemente sistematizada para que posteriormente possam, sem dificuldade, aprofundar a sua reflexão, quando ela se tornar necessária².

Esta última consideração significa que os pontos do Programa não terão necessariamente todos o mesmo desenvolvimento. Procurar-se-á que, quaisquer que venham a ser os ajustamentos a realizar, seja salvaguardado o esqueleto básico da teoria, procurando sacrificar, sobretudo, os aprofundamentos teóricos que são menos relevantes ou a exemplificação que corresponda, a conhecimentos empíricos para que os alunos estão menos sensibilizados, ou que os trabalhos práticos, por eles desenvolvidos, não conseguiram abarcar.

A **Bibliografia Básica** é constituída pelos manuais disponíveis que, pelo nível de aprofundamento e âmbito das matérias tratadas, melhor se

¹ A generalidade das disciplinas possui uma carga horária semanal de 4 horas.

² Esta preocupação é tanto mais importante quanto é certo que o Novo Plano de Estudos, como foi referido, diminui substancialmente o n.º de horas de leccionação de matérias de Economia Espacial.

adequam à natureza do programa. A **Bibliografia Geral** integra todas as referências, e só essas, a que recorri, no desenvolvimento do Conteúdo do Programa. Os manuais que considerei melhor satisfazerem os objectivos enunciados foram os de Aydalot (1985), Tellier (1985), Lopes (1987) e Paelinck e Nijkamp (1975).

Para o acompanhamento dos pontos do programa relacionados com a problemática serão particularmente utilizados os manuais de Aydalot e Lopes. Para apoio da componente teórica todos os manuais são úteis, embora retire um menor número de elementos do de Paelinck e Nijkamp. O de Tellier pressupõe uma abordagem mais aprofundada, mas também mais sistematizada que os restantes. Os manuais de Aydalot e Lopes serão de novo utilizados para suporte dos pontos de teorias, estratégias e políticas. Neste ponto faço também recurso significativo do livro de Armstrong e Taylor, embora me tenha parecido desnecessário incluí-lo na **Bibliografia Básica**. Os manuais de Lopes e Paelinck e Nijkamp fornecerão um amplo apoio para os métodos de análise. Embora não referido na **Bibliografia Básica**, devido à forma de edição precária que tem vindo a assumir, cito também as folhas de ERU I, que têm vindo a ser colocadas à disposição dos alunos pela Associação de Estudantes, onde se podem ir buscar alguns elementos importantes relativamente à problemática e aos métodos.

Infelizmente para além dos manuais citados poucas alternativas adicionais existem. Ou são demasiado antiquados (Lajugie 1979, Richardson 1969), ou pressupõem um nível de aprofundamento demasiado elevado (Fugita 1989, Nijkamp e Mills 1986), ou ainda têm uma perspectiva de abordagem demasiado restricta (apenas teoria económica espacial), como é o caso de Mougeot (1979) e de Ponsard (1988).

Mais recentemente e, com cada vez maior frequência, têm surgido outros manuais, mas sobre forma de colectâneas de textos (Cheshire e Evans 1991, Boyce, Nijkamp e Shefer 1990). Estas obras são importantes para o aprofundamento de temáticas de economia espacial, mas não têm, a meu ver, a continuidade orgânica para poderem servir de ponto de apoio principal para o estudo de uma disciplina de licenciatura.

Considero que nenhuma das referências só por si, nem todas em conjunto, são capazes de dar resposta às preocupações do Programa. Dadas estas limitações, deverão os docentes da disciplina procurar redigir um manual que melhor dê resposta às preocupações do Programa³. As referências da Bibliografia Geral, embora possam, nalguns casos, vir a ser referidas aos alunos, não são mais do que uma primeira exploração bibliográfica com vista a estruturar a preparação do referido manual.

Se excluirmos a Economia Internacional, que possui características específicas, os estudos no âmbito da Teoria Económica Espacial têm vindo a ser estruturados em duas disciplinas principais, a Economia Regional e a Economia Urbana, tendo cada uma delas adquirido já conteúdo teórico e metodologia próprios. Basta referir os principais manuais e revistas da especialidade existentes. Em geral, a Economia Regional tem como objecto o estudo dos problemas estruturantes dos espaços regionais e a Economia Urbana o da estruturação do espaço interior da cidade e do seu meio envolvente. A perspectiva de rede urbana tem ainda como espaço de referência o espaço nacional. Mais recentemente, têm sido publicados alguns trabalhos, ou edições especiais de revistas, abordando os problemas urbanos numa perspectiva inter-regional.

Em textos anteriores tenho vindo a referir que a dicotomia tradicional Economia Regional - Economia Urbana me parece dever ser ampliada pela dimensão regional, senão mesmo internacional, da economia urbana. Com efeito, os dois conjuntos, Economia Regional e Economia Urbana não são conjuntos disjuntos, pois que a estruturação dos espaços regionais se faz, também, através da resolução de problemas urbanos e, inversamente, a resolução de todos os problemas urbanos não pode ser feita sem ter em conta os espaços regionais. A prová-lo estão todos os problemas relacionados com a gestão das redes urbanas, de âmbito nacional e internacional, a dimensão internacional das regiões, que tem vindo a assumir cada vez maior importância com a intensificação dos movimentos de integração supra-nacionais, etc.

³ Alguma preocupação já existiu, deste ponto de vista, em relação à disciplina de Economia Regional e Urbana I de que fui responsável, mas responsabilidades académicas exteriores à leccionação impediram-me de levar até ao fim o projecto inicial.

No programa apresentado não me foi ainda possível ir tão longe quanto o desejaria na preocupação de integração do urbano e do regional. A reflexão começa a dar os primeiros passos e também os primeiros resultados. É possível que na concretização do programa, no próximo ano lectivo, se consiga ir mais longe do que o que aqui se conseguiu. A preocupação esteve, no entanto, presente nos pontos 1., 4., 5., 7. e 8.

Procurei que progressivamente se fosse evoluindo através da problemática para os fundamentos teóricos e destes para as estratégias e para as políticas. O ponto 1. será essencialmente um ponto de sensibilização dos alunos para a não neutralidade do espaço, enquanto dimensão dos fenómenos económicos e sociais. Simultaneamente, são introduzidos, sempre que a propósito, elementos de natureza conceptual.

O ponto 2. é o primeiro ponto que tem como conteúdo uma referência às contribuições dos principais cultivadores da Teoria Económica Espacial. O espaço é ocupado através da localização dos agentes económicos e aqui é privilegiada a localização das empresas, tomadas isoladamente ou em relação a mercados pré-estabelecidos. Far-se-á, também, uma breve referência à localização dos serviços e administrações públicas.

No ponto 3. ainda será o problema da localização das empresas que nos preocupará, mas agora considerando todas as empresas e todos os mercados. Estará presente a Teoria do Equilíbrio Geral e serão salientadas as dificuldades que tem revelado para nela ver inserido o espaço.

O ponto seguinte é o primeiro que procura ter em conta alguma integração das dimensões regional e urbana dos problemas espaciais através da perspectiva de rede dos fenómenos urbanos, primeiro num contexto clássico e depois num enquadramento que tenha em conta o funcionamento de economias abertas e de crescente concorrencialidade.

O ponto 5. coloca-se numa perspectiva mais clássica procurando explicitar o equacionamento de alguns dos principais problemas da gestão do espaço interior das cidades: a evolução das cidades, a ocupação dos solos e as teorias da estruturação do espaço urbano. Uma referência breve é feita aos problemas graves relacionados com a gestão de redes no interior das cidades

(transportes, comunicações, esgotos, congestionamento), mas a sua complexidade sugere-me que o seu tratamento mais aprofundado seja deixado para estudos de pós-graduação.

Com o ponto 6. começo a introdução aos problemas da política económica no espaço. Ainda com referência à teoria explicitam-se os principais fundamentos de uma intervenção política. As duas principais tradições teóricas são confrontadas. As teorias do equilíbrio e as teorias do desequilíbrio são referidas e confrontadas enquanto suporte da explicitação de estratégias.

No ponto 7. passa-se das teorias, às estratégias de intervenção, destas aos objectivos de política e destes aos instrumentos ou meios de política. O horizonte que tomo como referência para qualquer intervenção, quer ela seja pública ou privada, é o do ordenamento do território. Não entendo aqui o ordenamento do território numa concepção restrita de ordenamento físico ou de terreno de intervenção dos poderes públicos, mas antes enquanto objectivo de obtenção de uma ordem para o território que há-de ser o resultado da interacção de todos os agentes económicos e sociais que usufruem e pretendem valorizar o espaço.

O último ponto procura levar os alunos a compreender a evolução e a situação do sistema espacial português. Simultaneamente, e para esse efeito, serão introduzidos alguns dos mais elementares instrumentos analíticos de modo a permitir realizar aquela compreensão. Como referirei, quando abordar os métodos de ensino, este ponto será ministrado simultaneamente com os outros pontos do programa.

3. P R O G R A M A

PROGRAMA

E

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. MULTIDIMENSIONALIDADE DO ESPAÇO: DO ESPAÇO OBJECTO AO ESPAÇO SUJEITO E À ORDEM NO TERRITÓRIO

1.1. NOÇÕES DE ESPAÇO

- 1.1.1. Espaço natural, espaço geográfico e espaço económico, partições e contiguidade
- 1.1.2. Estruturação do território e localização
- 1.1.3. Espaço matemático, espaço natural, espaço geográfico
- 1.1.4. Representações do espaço

1.2. OS AGENTES ECONÓMICOS FACE AO ESPAÇO: FUNÇÕES E COMPORTAMENTOS

- 1.2.1. A função e os factores de localização
- 1.2.2. A distância como variável de representação do espaço
- 1.2.3. Valorização da distância através do custo de transporte
- 1.2.4. Enunciado de problemas de localização
- 1.2.5. Do consumo de espaço ao compromisso (solidariedade) com o espaço

1.3. MULTIDIMENSIONALIDADE DO ESPAÇO TORNADO SUJEITO. CONSTRUÇÃO E SALVAGUARDA DE UMA ORDEM NO TERRITÓRIO

- 1.3.1. Da racionalidade do comportamento dos agentes individuais a uma racionalidade colectiva.
- 1.3.2. Do ordenamento do território suportado ao ordenamento do

território assumido

2. DA LOCALIZAÇÃO DA EMPRESA ISOLADA À LOCALIZAÇÃO DA EMPRESA EM CONTEXTO CONCORRENCIAL E À LOCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

2.1. A LOCALIZAÇÃO DA EMPRESA ISOLADA

- 2.1.1. A minimização dos custos de transporte (Weber)
- 2.1.2. A minimização dos custos de produção (Weber e Predhöl)
- 2.1.3. A maximização dos lucros (Lösch)

2.2. MODELOS DE PARTIÇÃO DE MERCADOS

- 2.2.1. Determinação das áreas de mercado com a hipótese de preços fixos (Hotelling e Palander)
- 2.2.2. Determinação das áreas de mercado com a hipótese de preços livres (Palander)
- 2.2.3. De uma teoria da localização a uma teoria de áreas de mercado (Lösch)

2.3. LOCALIZAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS PÚBLICOS

- 2.3.1. Localização de serviços públicos e critérios subjacentes
- 2.3.2. Área de influência do bem ou serviço e área de influência da administração

3. INTERDEPENDÊNCIA DE TODAS AS LOCALIZAÇÕES: MODELOS DE EQUILÍBRIO GERAL E ABORDAGENS ALTERNATIVAS

3.1. MODELOS DE EQUILÍBRIO GERAL

- 3.1.1. Modelo de Lösch

3.1.2. Modelo de Greenhut

3.1.3. Modelo de Isard

3.2. INSUFICIÊNCIAS DA TEORIA DO EQUILÍBRIO GERAL E FORMULAÇÕES ALTERNATIVAS

3.2.1. Dificuldades da integração do espaço na Teoria do Equilíbrio Geral

3.2.2. Novas tendências

3.2.3. Teoria da Divisão Espacial do Trabalho: uma interpretação para a localização da grande empresa ou da empresa multi-estabelecimento

3.2.4. Preocupações operacionais e abordagens empíricas

4. FORMAÇÃO DE SISTEMAS URBANOS

4.1. DA LOCALIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS TERCIÁRIOS À HIERARQUIZAÇÃO DOS CENTROS URBANOS

4.1.1. Da formação de lugares centrais à hierarquização dos centros urbanos (Christaller)

4.1.2. Da determinação da área de mercado de um bem à hierarquização dos centros urbanos (Lösch)

4.1.3. Da comparação dos sistemas de Christaller e Lösch à superação das suas insuficiências

4.2. DA FORMAÇÃO DA REDE URBANA À COMPETITIVIDADE ENTRE ÁREAS E SISTEMAS URBANOS

4.2.1. Escalonamento urbano

4.2.2. Rede urbana

4.2.3. Da formação de sistemas urbanos à criação de condições de competitividade entre áreas e sistemas urbanos

5. A ORGANIZAÇÃO INTRA - URBANA : A EVOLUÇÃO DAS CIDADES, A RENDA FUNDIÁRIA E AS TEORIAS EXPLICATIVAS DA ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

5.1. O ESTADO E AS PERSPECTIVAS DE EVOLUÇÃO DAS CIDADES

5.1.1. O crescimento e o declínio das cidades

5.1.2. O desenvolvimento de novas formações urbanas

5.2. A RENDA FUNDIÁRIA E O PREÇO DO SOLO URBANO

5.2.1. O solo, a renda fundiária e o preço do solo

5.2.2. Da renda diferencial à renda de situação

5.2.3. Fundamentos para o aparecimento da renda fundiária

5.2.4. Especulação fundiária e incerteza

5.3. OS PRIMÓDIOS DA MODELIZAÇÃO DA ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

5.3.1. A localização intra-urbana, residencial e das actividades

5.3.2. Do modelo de renda diferencial de Ricardo ao modelo de renda de situação de Von Thünen

5.3.3. O modelo de Wingo

5.3.4. O modelo de Alonso

5.4. A NOVA ECONOMIA URBANA (NEU)

5.4.1. Caracterização geral

5.4.2. O modelo de Muth

5.4.3. O modelo de Mills

5.4.4. Incidências em termos de política urbana

6. MODELOS DE CRESCIMENTO E DE DESENVOLVIMENTO ESPACIAL: LÓGICA DOS EQUILÍBRIOS VS LÓGICA DOS DESEQUILÍBRIOS

6.1. DAS TEORIAS DO EQUILÍBRIO ÀS TEORIAS DO DESEQUILÍBRIO

6.1.1. Do espaço imaginário ao espaço real

6.1.2. Caracterização do espaço real

6.2. AS TEORIAS DO DESEQUILÍBRIO

6.2.1. A inspiração de raiz marxista

6.2.2. Os desequilíbrios cumulativos (Myrdal)

6.2.3. A polarização do crescimento (Perroux)

6.2.4. O modelo centro-periferia (Friedman)

6.2.5. A actualidade das teorias do desequilíbrio

7. O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E A FORMULAÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO

7.1. DAS TEORIAS À ESTRATÉGIA E À POLÍTICA

7.1.1. Elementos para a fundamentação da política

7.1.2. A cenarização e a explicitação de uma estratégia

7.1.3. Os objectivos de política e a sua conflitualidade

7.1.4. Os instrumentos de política

7.1.5. A avaliação da política regional

7.2. AS TEORIAS PARA SUPORTE DE UMA INTERVENÇÃO

7.2.1. Factores exógenos vs factores endógenos

7.2.2. A teoria da base económica

- 7.2.3. Os polos de crescimento e os polos tecnológicos
- 7.2.4. A teoria do desenvolvimento endógeno
- 7.2.5. Os ganhos de competitividade como fundamento de uma política

8. EVOLUÇÃO DO SISTEMA ESPACIAL PORTUGUÊS: AS REGIÕES, AS CIDADES E OS FENÓMENOS URBANOS, OS MÉTODOS

8.1. A ANÁLISE DE LOCALIZAÇÃO

- 8.1.1. A localização da indústria
- 8.1.2. A localização residencial

8.2. A CRIAÇÃO DE ESPECIFICIDADES REGIONAIS E URBANAS

- 8.2.1. Identificação e classificação de regiões
- 8.2.2. O coeficiente e o índice de diversificação
- 8.2.3. O quociente e o coeficiente de localização
- 8.2.3. O método de Dunn e a análise de decomposição
- 8.2.4. A análise *shift-share*

8.3. O DESENVOLVIMENTO E SUPERAÇÃO DOS DESEQUILÍBRIOS

- 8.3.1. Indicadores dispersos de desequilíbrio
- 8.3.2. A distância económica como indicador de síntese
- 8.3.3. A análise factorial e a análise de *clusters*
- 8.3.4. As políticas nacionais e comunitárias de desenvolvimento urbano e regional
- 8.3.5. Existe uma estratégia alternativa?

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AYDALOT, P. (1985), *Économie Régionale et Urbaine*, Paris, Economica.

LOPES, A. S. (1987), *Desenvolvimento Regional*, Lisboa, F. C. G.

PAELINCK, J. H. e NIJKAMP, P. (1975), *Operational Theory and Method in Regional Economics*, Saxon House.

TELLIER, L-N, (1985), *Economie Spatiale, Rationalité Économique de l'Espace Habité*, Québec, Gaetan Morin.

4. CONTEÚDO DO PROGRAMA



CONTEÚDO DO PROGRAMA

E

BIBLIOGRAFIA GERAL

1. MULTIDIMENSIONALIDADE DO ESPAÇO: DO ESPAÇO OBJECTO AO ESPAÇO SUJEITO E À ORDEM NO TERRITÓRIO

- O espaço na análise económica.
- O espaço unidimensional. O espaço como um custo adicional.
- O espaço objecto. O espaço que se transforma.
- Construção de uma identidade para o espaço. O espaço sujeito.

1.1. NOÇÕES DE ESPAÇO

- O espaço: suas configurações e representações.

1.1.1. Espaço natural, espaço geográfico e espaço económico, partições e contiguidade

- A natureza e o espaço; espaço da geografia; espaço em transformação.
- Espaço e localização.
- Espaço económico e espaço topológico.
- Partições do espaço económico: internacional, nacional, regional e local.

Bibliografia: Alves e *al.* (1992: 2/19-2/39); Lopes (1987: 1-5, 23-29); Paelinck e Nijkamp (1975: 1-3); Tellier (1985: 7-8).

1.1.2. Estruturação do território e localização

- Distribuição espacial dos factores (naturais e construídos) e estratégias de localização.

- Construção e destruição do território através da localização de actividades.
- Similaridades (homogeneidade) e interdependências no espaço (polarização e redes).
- Contiguidade física, espaço objecto, espaço sujeito e espaço como unidade de coesão económico-social e de administração.

Bibliografia: Alves e *al.* (1992: 2/9-2/13); Lopes (1987: 29-42); Paelinck e Nijkamp (1975: 17-20).

1.1.3. Espaço matemático, espaço natural, espaço geográfico

- Espaço em R^n .
- Espaço contínuo e espaço descontínuo.

Bibliografia: Luís e Ribeiro (1985); Lajugie (1979: 10-14); Lopes (1987: 23-29).

1.1.4. Representações do espaço

- Dimensões do espaço.
- Espaço indiferenciado: coordenadas rectangulares; coordenadas polares, rede; espaço diferenciado: grafos, matrizes.
- Condições de mobilidade: espaço isotrópico (circular); espaço direccionado; espaço reticular e espaço radiante; continuidade e ruptura (modos de transporte, fronteiras).

Bibliografia: Paelinck e Nijkamp (1975: 13-17); Tellier (1985: 10-13).

1.2. OS AGENTES ECONÓMICOS FACE AO ESPAÇO: FUNÇÕES E COMPORTAMENTOS

- Espaço como suporte de localizações.
- Do espaço como suporte de localizações ao espaço como território e lugar de vida.

1.2.1. A função e os factores de localização

- Funções de localização e decisões de investimento.
- Factores de localização: explícitos e implícitos.
- Localização óptima, localização satisfatória e localização condicionada: noções, processo de decisão.
- Processo de decisão num contexto inter-temporal.
- Caracterização do processo de decisão nas diferentes fases da vida da empresa.
- Competitividade e eficiência num processo de localização, do ponto de vista das empresas e do ponto de vista da gestão global dos espaços.

Bibliografia: Tellier (1985: 5-8); Chapman e Walker (1991: 44-56).

1.2.2. A distância como variável de representação do espaço

- Representação matemática da distância. O espaço unidimensional.
- Distância física, distância económica e os custos da distância.

Bibliografia: Paelinck e Nijkamp (1975: 13-17); Lopes (1987: 25-26).

1.2.3. Valorização da distância através do custo de transporte

- Função de custo de transporte e suas representações: *isotims* e *isodapanas*.
- Noção de força de localização: pontos de atracção, pontos de repulsão, pontos neutros, pontos de descontinuidade e pontos concorrentes.
- Actividades de localização livre e actividades de localização condicionada.
- Noção de custo específico de transportes.
- Restrições de natureza política ou administrativa.

Bibliografia: Paelinck e Nijkamp (1975: 36-37); Tellier (1985: 8-9, 18-27).

1.2.4. Enunciado de problemas de localização

- Identificação de problemas de localização, combinando o tipos de espaços com forças de localização.

Bibliografia: Tellier (1985: 7-8).

1.2.5. Do consumo de espaço ao compromisso (solidariedade) com espaço

- Funções de localização dos agentes individuais e o uso do espaço.
- Das economias, às deseconomias externas e de aglomeração.
- Do uso do espaço à gestão do espaço.
- *Espaço objecto e espaço sujeito*: escalas e autonomias.

Bibliografia: Alves e *al.* (1992: 2/4-2/9); Alves (1985); Lopes (1985: 139-141).

1.3. MULTIDIMENSIONALIDADE DO ESPAÇO TORNA O SUJEITO. CONSTRUÇÃO E SALVAGUARDA DE UMA ORDEM NO TERRITÓRIO

- Impossibilidade da compatibilização do conjunto de racionalidades individuais e necessidade da explicitação dos critérios de racionalidade colectiva.
- De uma racionalidade colectiva ao ordenamento do território.

1.3.1. Da racionalidade do comportamento dos agentes individuais a uma racionalidade colectiva.

- Da optimalidade de Pareto à teoria do *second best*.
- Teorema da impossibilidade de Arrow e a explicitação de uma função de preferências sociais.
- Maximização, do benefício das empresas, da satisfação dos consumidores e do bem estar social pelas administrações públicas.
- Multidimensionalidade de uma função de preferências sociais.

Bibliografia: Alves (1987: 149-153).

1.3.2. Do ordenamento do território suportado ao ordenamento do território assumido

- Ordenamento do território ou ordenamentos do território.
- Do ordenamento do território sem política à política de ordenamento do território. Território ordenado *vs* território desordenado.
- Principais elementos constituintes de uma política de ordenamento do território.

Bibliografia: Aydalot (1985: 262-264); Boudeville (1978: 208-210); Lajugie (1979: 83-88); Pellegrino (1983: 1-5).

2. DA LOCALIZAÇÃO DA EMPRESA ISOLADA À LOCALIZAÇÃO DA EMPRESA EM CONTEXTO CONCORRENCIAL E À LOCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

- Da minimização de custos à maximização da área de mercado.
- Localização de serviços e distribuição de bens públicos.

2.1. A LOCALIZAÇÃO DA EMPRESA ISOLADA

- Custos de produção e estratégia de localização da empresa.
- Espaço não estruturado e espaço estruturado (em rede).

2.1.1. A minimização dos custos de transporte (Weber)

- Função de produção com coeficientes técnicos fixos.
- Factores de atracção: localização das fontes dos *inputs*, localização do mercado.
- Localização em pontos de descontinuidade: pontos de transbordo e nós intermodais.

- Localização num espaço circular e num espaço reticular.

Bibliografia: Aydalot (1985: 17-22); Lopes (1987: 175-185); Paelinck e Nijkamp (1975: 33-36); Perreur (1988: 93-104); Tellier (1985: 27-50)

2.1.2. A minimização dos custos de produção (Weber e Predhöl)

- Diferenciação espacial de custos de transporte; economias de aglomeração; técnica das isodapanas (Weber).
- Princípio da substituição espacial: substituição entre factores e localizações (Predhöl).

Bibliografia: Aydalot (1985: 22-25); Lajugie e *al.* (1979: 25-30); Perreur (1988: 105-138); Paelinck e Nijkamp (1975: 36-43)

2.1.3. A maximização dos lucros (Lösch)

- Função de produção com factores substituíveis.
- Maximização do lucro individual das firmas e maximização do número de firmas.

Bibliografia: Aydalot (1985: 41-43); Lopes (1987: 228-231); Paelinck e Nijkamp (1975: 58-60).

2.2. MODELOS DE PARTIÇÃO DE MERCADOS

- Introdução de hipóteses de concorrenciaisidade.
- Dos modelos de Hotelling e Palander ao modelo de Lösch.

2.2.1. Determinação das áreas de mercado com a hipótese de preços fixos (Hotelling e Palander)

- Hotelling e a hipótese da localização livre.
- Palander e a hipótese da localização fixa.

Bibliografia: Aydalot (1985: 36-41); Lajugie (1979: 32-36); Lopes (1987: 185-196); Paelinck e Nijkamp (1975: 43-55).

livres (Palander)

- O duopólio de Palander e a hipótese de localização fixa.
- Determinação de lucros e preços (variáveis económicas) e áreas de mercado (variáveis espaciais).

Bibliografia: Aydalot (1985: 35-36); Paelinck e Nijkamp (1975: 55-58).

2.2.3. De uma teoria da localização a uma teoria de áreas de mercado (Lösch)

- Caracterização do problema de localização: interdependência de localizações, princípio da substituição espacial, maximização do lucro.
- A tensão entre o objectivo da maximização do lucro e o objectivo da maximização do número de empresas.
- O aparecimento de forças aglomerativas.
- Da determinação de áreas de mercado à delimitação regional; insuficiências.

Bibliografia: Aydalot (1985: 43-45); Paelinck e Nijkamp (1975: 60-65);
Tellier (1985: 126).

2.3. LOCALIZAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS PÚBLICOS

- Critérios de localização.
- Dificuldades resultantes da não coincidência entre áreas de influência e partições administrativas.

2.3.1. Localização de serviços públicos e critérios subjacentes

- Minimização do custo de acesso, ou de distribuição, do serviço (sob condição de eficiência).
- Minimização dos custos totais (sob condição de equidade).
- Maximização dos excedentes de consumidor e de produtor.

Bibliografia: Johansson e Leonardi (1986: 133-137); Ponsard (1988: 140-146).

140-146).

2.3.2. Área de influência do bem ou serviço e área de influência da administração

- Natureza dos bens públicos e possibilidade de desajustamento entre área de influência do bem, ou serviço e área de influência da administração.
- Eficiência no funcionamento das administrações.

Bibliografia: Alves (1987: 85-94).

3. INTERDEPENDÊNCIA DE TODAS AS LOCALIZAÇÕES: MODELOS DE EQUILÍBRIO GERAL E ABORDAGENS ALTERNATIVAS

- Características dos principais modelos formais e suas limitações.
- Dos modelos teóricos e abstractos às preocupações operacionais.

3.1. MODELOS DE EQUILÍBRIO GERAL

- Das tentativas de introdução do espaço na análise do equilíbrio geral à interdependência geral de localizações.
- Dificuldades encontradas e insuficiência de resultados.

3.1.1. Modelo de Lössch

- Introdução do espaço na análise do equilíbrio geral, através da localização das variáveis.
- Condições a satisfazer.
- Caracterização do equilíbrio.
- Insuficiências.

Bibliografia: Aydalot (1985: 45-46); Lopes (1987: 196-200); Moug (1975: 47 e segs.); Paelinck e Nijkamp (1975: 65-7); Smith (1971: 130-137).

3.1.2. Modelo de Greenhut

- A procura como elemento integrador do critério da minimização do custo e da interdependência locacional.
- Factores de localização.
- Condições a satisfazer.
- Caracterização do equilíbrio.
- Insuficiências.

Bibliografia: Aydalot (1985: 47); Lopes (1987: 200-202); Mougeot (1975: 77); Smith (1971: 143-147).

3.1.3. Modelo de Isard

- Os conceitos de *input* de transporte, de excedente social, de função espacial de transformação e o princípio da substituição.
- Integração da teoria da localização na teoria da produção.
- Condições e definição do equilíbrio.
- Insuficiências.

Bibliografia: Lopes (1987: 204-207); Mougeot (1975: 70-71, 74); Paelinck e Nijkamp (1975: 419-420, 423); Smith (1971: 149-152).

3.2. INSUFICIÊNCIAS DA TEORIA DO EQUILÍBRIO GERAL E FORMULAÇÕES ALTERNATIVAS

- Insuficiências da teoria da localização e dificuldades de integração na teoria do equilíbrio geral.
- Heterogeneidade das empresas e diversidade de comportamentos.
- A teoria da divisão espacial do trabalho e o princípio da substituição.
- As elaborações teóricas e as preocupações operacionais.

3.2.1. Dificuldades da integração do espaço na Teoria do Equilíbrio Geral

- Especificidade do espaço e dificuldade de definição de condições de equilíbrio.
- Instantaneidade dos ajustamentos e a temporalidade do espaço; incerteza e grau de irreversibilidade de decisões de localização.
- Mercados não concorrenciais, indivisibilidades e externalidades.

Bibliografia: Aydalot (1985: 48-50); Mougeot, (1975: 79-88).

3.2.2. Novas tendências

- Esforços de Lefebvre, Von Böventer, Beckman, Takayama e Judge, Ponsard, Mougeot.

Bibliografia: Aydalot (1985: 47-48); Mougeot, (1975: 89-94); Paelinck e Nijkamp (1975: 420); Smith (1971: 156-158)

3.2.3. Teoria da Divisão Espacial do Trabalho: uma interpretação para a localização da grande empresa ou da empresa multi-estabelecimento

- Natureza da grande empresa e da empresa multi-estabelecimento e comportamento de localização.
- Segmentação funcional e espacial do mercado do trabalho.
- Relativa mobilidade do capital face à relativa imobilidade do trabalho; custos de reprodução da força de trabalho.
- Segmentação das localizações da produção face segmentações do mercado de trabalho: economias de aglomeração vs custo do factor trabalho.

Bibliografia: Aydalot (1985: 52-56).

3.2.4. Preocupações operacionais e abordagens empíricas

- Potencialidades e perigos das abordagens empíricas.
- Factores de localização: carácter objectivo ou subjectivo; variabilidade no tempo e no espaço.

- Competitividade e factores de localização: variabilidade *ex-ante* e *ex-post*.

Bibliografia: Aydalot (1985: 59-99); Mason (1992: 150-160); Lopes (1987: 207-213).

4. FORMAÇÃO DE SISTEMAS URBANOS

- A teoria dos lugares centrais, a hierarquização urbana: contribuições de Christaller e de Lösch.
- Dimensão dos centros e suas funções.
- Rede urbana e factores de competitividade entre áreas urbanas.

4.1. DA LOCALIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS TERCIÁRIOS À HIERARQUIZAÇÃO DOS CENTROS URBANOS

- Formulações de Christaller e de Lösch e suas especificidades.
- Potencialidades e insuficiências teóricas; tentativas de superação.

4.1.1. Da formação de lugares centrais à hierarquização dos centros urbanos (Christaller)

- Condições de equilíbrio e critérios de optimização social.
- Princípios de *marketing*, de transporte e administrativo.
- *Limiar de procura e alcance de um bem*.
- Organização espacial e hierarquização de centros urbanos, de acordo com a aplicação de cada um dos princípios.

Bibliografia: Aydalot (1985: 365-367); Lopes (1987: 218-228); Tellier (1985: 121-126).

4.1.2. Da determinação da área de mercado de um bem à hierarquização dos centros urbanos (Lösch)

- Das áreas de mercado circulares às áreas hexagonais.
- Flexibilização dos princípios de organização de Christaller e

princípio da *coincidência máxima*.

- Introdução do conceito de *forças aglomerativas* e concentração de actividades.

Bibliografia: Lopes (1985: 228-235); Paelinck e Nijkamp (1975: 62-65);
Tellier (1985: 126-128).

4.1.3. Da comparação dos sistemas de Christaller e Lössch à superação das suas insuficiências

- Não resolução completa da tensão entre eliminação do lucro excedentário e dispersão de funções no espaço.
- Contribuições recentes pela via da geografia, da economia e dos métodos matemáticos.

Bibliografia: Ponsard (1988: 243-247, 251-252, 254, 260); Tellier (1985: 130).

4.2. DA FORMAÇÃO DA REDE URBANA À COMPETITIVIDADE ENTRE ÁREAS E SISTEMAS URBANOS

- Dimensão dos centros urbanos e suas funções.
- Rede urbana.
- Factores de competitividade entre áreas urbanas.

4.2.1. Escalonamento urbano

- A dimensão dos centros, em função da população da área de mercado de menor dimensão.
- A dimensão dos centros, em função da população da área de mercado de maior dimensão (Lei de Zipf).

Bibliografia: Lopes (1971: 31-37); Tellier (1985: 130-132).

4.2.2. Rede urbana

- Dimensão dos centros urbanos, suas funções e área influência (Lei de Reilly e modelos de gravitação).
- Interdependência dos centros, teoria dos lugares centrais

suas insuficiências.

Bibliografia: Aydalot (1985: 361-365); Lopes (1971: 42-47); Tellier (1985: 132-133).

4.2.3. Da formação de sistemas urbanos à criação de condições de competitividade entre áreas e sistemas urbanos

- Dos sistemas e hierarquias a nível nacional aos sistemas e hierarquias de nível internacional.
- O novo quadro de relacionamento, a aquisição de vantagens competitivas das cidades e a construção de complementaridades entre as cidades.
- Um novo mapa do sistema urbano europeu.

Bibliografia: Cheshire, (1986: 311-331); Kresl (1992: 24-32, 195-198).

5. A ORGANIZAÇÃO INTRA - URBANA : A EVOLUÇÃO DAS CIDADES, A RENDA FUNDIÁRIA E AS TEORIAS EXPLICATIVAS DA ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

- A evolução das cidades.
- O solo, a renda fundiária e a especulação.
- A acessibilidade ao centro, o uso dos solos agrícolas e a localização residencial.
- O equilíbrio geral na localização urbana e a necessidade de medidas de política e planeamento urbano.

5.1. O ESTADO E AS PERSPECTIVAS DE EVOLUÇÃO DAS CIDADES

- Explicações para as diferentes fases de evolução da vida das cidades.
- As novas formações urbanas.

5.1.1. O crescimento e o declínio das cidades

- As economias e as deseconomias externas, de aglomeração e de urbanização.
- O crescimento urbano na perspectiva da *teoria da base*.
- Da urbanização à suburbanização, à desurbanização e à reurbanização (Klaassen).

Bibliografia: Aydalot (1985: 300-328); Derycke (1982: 114-131, vol.2); Lopes (1987: 242-275, 265-272).

5.1.2. O desenvolvimento de novas formações urbanas

- Dos modelos monocentricos aos modelos polinucleados.
- A cidade média, a cidade polinucleada, as áreas metropolitanas, o tecnopolo, a megalópole, a cidade industrialo-portuária e a *world city*.

Bibliografia: Aydalot (1985: 347-350, 372-377).

5.2. A RENDA FUNDIÁRIA E O PREÇO DO SOLO URBANO

- O solo e a renda fundiária.
- A natureza, os conceitos e os fundamentos da variabilidade da renda fundiária.
- Especulação fundiária e suas motivações.

5.2.1. O solo, a renda fundiária e o preço do solo

- O solo como factor de produção e como bem de consumo.
- A natureza da renda fundiária e o preço do solo.

Bibliografia: Huriot (1988: 23-26).

5.2.2. Da renda diferencial à renda de situação

- As diferentes noções de renda.
- Os conceitos de origem marxista.

Bibliografia: Aydalot (1985: 433-441); Derycke (1982: 91-92, vol. 1);
Tellier (1985: 151).

5.2.3. Fundamentos para o aparecimento da renda fundiária

- A renda diferencial e as condições locais de produção.
- A renda de situação e os custos de transporte.

Bibliografia: Huriot (1988: 27-40).

5.2.4. Especulação fundiária e incerteza

- Mercado imperfeito: formação de expectativas e incerteza.
- Comportamento dos agentes e mercado especulativo.
- Subordinação do mercado fundiário ao mercado imobiliário.
- Da teoria clássica às contribuições marxistas.
- A redução de incertezas e a necessidade do planeamento urbano.
- Factores determinantes do preço do solo urbano.

Bibliografia: Derycke, (1982: 279-309, 353-354, vol. 1); Tellier (1985:
179-187).

5.3. OS PRIMÓRDIOS DA MODELIZAÇÃO DA ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

- A acessibilidade ao centro e as afectações do uso do solo.
- A ocupação do espaço agrícola em Von Thünen.
- Da localização da produção à localização dos consumidores e localização residencial (Wingo e Alonso).

5.3.1. A localização intra-urbana, residencial e das actividades

- Os usos do solo e as condições de acessibilidade.
- A estrutura económico-social da cidade e a distribuição residencial e de actividades industriais e de serviços.

Bibliografia: Aydalot (1985: 331-347); Lopes (1987 245-250).

5.3.2. Do modelo de renda diferencial de Ricardo ao modelo de renda de situação de Von Thünen

- A diversidade de graus de fertilidade da terra, o aparecimento de rendas diferenciais e a ocupação do espaço rural em Ricardo.
- A diversidade de graus de acessibilidade das diferentes localizações ao mercado, o aparecimento de rendas de situação e a ocupação do espaço agrícola pelas diferentes culturas em Von Thünen.
- Soluções do modelo com procura perfeitamente elástica e perfeitamente inelástica.

Bibliografia: Derycke (1982: 100-107, vol. 1); Lopes (1987: 159-171); Tellier (1985: 152-161).

5.3.3. O modelo de Wingo

- As noções de custo generalizado de deslocações, de aluguer de rendas de posição e de valores fundiários.
- A oferta e a procura de transportes.
- A maximização do rendimento líquido e a localização residencial.
- A estrutura de valores fundiários em espaço urbano.

Bibliografia: Derycke (1982: 335-338, vol. 1).

5.3.4. O modelo de Alonso

- Dedução da renda fundiária, a partir de uma função utilidade do consumidor.
- Curvas de rendas fundiárias.
- Do equilíbrio residencial do consumidor ao equilíbrio geral das localizações dos agentes no espaço.
- Caracterização do equilíbrio dos consumidores, do equilíbrio das empresas, do equilíbrio dos agricultores e do equilíbrio geral.
- Potencialidades e limites do modelo de Alonso.

Bibliografia: Derycke (1982: 143-151, vol. 2); Straszheim (1987: 717-725); Tellier (1985: 162-175).

5.4. A NOVA ECONOMIA URBANA (NEU)

- O equilíbrio geral no uso do espaço urbano.
- Dos modelos residenciais aos modelos pluri-actividades.
- Dos modelos monocentricos aos modelos polinucleados.
- As externalidades e a política urbana.

5.4.1. Caracterização geral

- Dos modelos residenciais aos modelos de equilíbrio geral.
- As propriedades do espaço.
- A repartição espacial das actividades.
- Caracterização do mercado urbano e comportamento das famílias.
- A irreversibilidade das decisões de localização e o peso do passado.

Bibliografia: Derycke (1982: vol 2, 160-167, 186-189).

5.4.2. O modelo de Muth

- A descentralização dos empregos em relação ao *centro*.
- A elasticidade da procura-rendimento dos bens, o *trade-off* entre custo de aluguer e custo de transporte, e a distribuição espacial de actividades.
- A distribuição residencial de *ricos e pobres*.

Bibliografia: Brueckner (1987: 821-840); Derycke (1982: 158-159, vol. 2); Straszheim (1987: 725-735);

5.4.3. O modelo de Mills

- A concorrência entre vários tipos de actividade.
- Variação da renda urbana no espaço.
- A estruturação e gestão da rede de transportes.

- O óptimo da cidade: população e delimitações.

Bibliografia: Brueckner (1987: 821-840); Derycke (1982: 345-348, vol. 1); Straszheim (1987: 725-735).

5.4.4. Incidências em termos de política urbana

- Políticas óptimas de transporte e congestão.
- Poluição, externalidades e bens colectivos.
- Alternativas aos modelos de cidades monocentricas convivial, polinucleada, segregada, centrífuga.
- O crescimento das cidades analisado através de factores exógenos e através de factores endógenos (NEU): superação das insuficiências.

Bibliografia: Brueckner (1987: 821-840); Derycke (1982: 170-186, 191-192, vol. 2); Straszheim (1987: 725-735); Zolle (1988: 87-91).

6. MODELOS DE CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ESPACIAL: LÓGICA DOS EQUILÍBRIOS VS LÓGICA DO DESEQUILÍBRIOS

- O espaço desejável e as teorias do equilíbrio.
- O espaço possível e as teorias do desequilíbrio.

6.1. DAS TEORIAS DO EQUILÍBRIO ÀS TEORIAS DE DESEQUILÍBRIO

- Os pressupostos da teoria e a sua operacionalidade.
- A caracterização do espaço real.

6.1.1. Do espaço imaginário ao espaço real

- Nas teorias do equilíbrio o espaço transforma-se

distância.

- Um espaço sem rugosidades e descontinuidades.
- A agressividade do espaço real.

Bibliografia: Lajugie e *al.* (1979: 10-14); Mougeot (1975: 23-28); Ponsard (1988: 7-8).

6.1.2. Caracterização do espaço real

- O espaço e o tempo.
- O espaço e as indivisibilidades.
- O espaço, o comportamento dos agentes e as estruturas de mercado.

Bibliografia: Lajugie e *al.* (1979: 14-18); Ponsard (1988: 8-16).

6.2. AS TEORIAS DO DESEQUILÍBRIO

- A diferenciação no espaço e o processo de acumulação.
- Os desequilíbrios como fonte de empobrecimento ou de crescimento.
- Desigualdades no desenvolvimento e desenvolvimento desigual.

6.2.1. A inspiração de raiz marxista

- As desigualdades campo-cidade e o processo de concentração espacial.
- A teoria do valor fundiário.
- O espaço como relação social.

Bibliografia: Aydalot (1985: 9-10, 436-439); Holland (1976: 36-40).

6.2.2. Os desequilíbrios cumulativos (Myrdal)

- Os mecanismos de mercado aceleram os desequilíbrios.
- Os efeitos de difusão e de atracção.
- Sobreposição dos efeitos de atracção aos de difusão, difusão desequilibrada e acumulação dos desequilíbrios.

Bibliografia: Aydalot (1985: 138-139); Hansen (1981: 17-18); Holland

(1976: 47-49).

6.2.3. A polarização do crescimento (Perroux)

- O espaço geográfico e o espaço de relações.
- Os efeitos de dominação, a polarização espacial e hierarquização dos espaços.
- As economias de aglomeração e a geração de efeitos de atracção.
- O esgotamento dos efeitos de polarização.

Bibliografia: Armstrong e Taylor (1978: 38-44); Aydalot (1985: 127-138); Hansen (1981: 16-17, 18-19); Lopes (1987: 294-296).

6.2.4. O modelo centro-periferia (Friedman)

- Os mecanismos que conduzem à formação do centro e da periferia.
- A evolução do índice de razões de troca e da produtividade.
- A inovação tecnológica e a divisão espacial do trabalho como mecanismos diferenciadores de concentrações.

Bibliografia: Aydalot (1985: 139-141); Hansen (1981: 19-21); Lopes (1987: 296-297).

6.2.5. A actualidade das teorias do desequilíbrio

- A observação empírica.
- Os progressos nos transportes e comunicações.
- As teorias do *milieu innovateur* e das vantagens competitivas.

Bibliografia: Cardoso (1993: 1093-1100); Dentinho (1993: 3-6); Ferrão (1992: 26-31); Mason (1992: 150-159).

7. O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E A FORMULAÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO

- O ordenamento do território como pano de fundo das intervenções no espaço.
- As teorias fundamentam uma estratégia e esta esclarece as medidas de política.
- Os factores exógenos e os factores endógenos como suporte de formulação de políticas de ordenamento do território.

7.1. DAS TEORIAS À ESTRATÉGIA E À POLÍTICA

- A hierarquização metodológica das teorias, das estratégias e das políticas.
- A cenarização permite explicitar estratégias e estas condicionam as opções sobre as medidas de política a adoptar.

7.1.1. Elementos para a fundamentação da política

- A teoria deve permitir fundamentar a política e antecipar os seus efeitos.
- Políticas estruturais *vs* políticas conjunturais; políticas por instrumentos *vs* políticas por objectivos.

Bibliografia: Lopes (1987: 273-282).

7.1.2. A cenarização e a explicitação de uma estratégia

- Elementos da construção de um cenário.
- Objectivos finais, cenário e estratégia.

Bibliografia: Kresl (1993: 32-39); Lopes (1987: 298-307).

7.1.3. Os objectivos de política e a sua conflitualidade

- A política regional e as políticas regionais.
- A equidade e a eficiência como objectivos de política regional.

- Os objectivos da política, a sua conflitualidade e hierarquização.

Bibliografia: Alves e *al.* (1992: 2/76-2/79); Armstrong e Taylor (1978: 1-10); Aydalot (1985: 213-216); Kaldor (1970: 222-225); Lopes (1987: 307-310, 317-320).

7.1.4. Os instrumentos de política

- Instrumentos positivos *vs* instrumentos negativos.
- Instrumentos macro-económicos *vs* instrumentos micro-económicos.

Bibliografia: Armstrong e Taylor (1978: 162-205), Lopes (1987: 320-323).

7.1.5. A avaliação da política regional

- Avaliação parcial de efeitos.
- Avaliação geral dos efeitos.

Bibliografia: Armstrong e Taylor (1978: 212-291); Lopes (1987: 310-320); Mignolet (1992: 263-275).

7.2. AS TEORIAS PARA SUPORTE DE UMA INTERVENÇÃO

- Factores endógenos ou factores exógenos como suporte de política de desenvolvimento e de ordenamento do território.
- O aproveitamento simultâneo de factores endógenos e de factores exógenos como fundamento de uma política de ganhos e competitividade.

7.2.1. Factores exógenos *vs* factores endógenos

- Dinamização da produção regional a partir de factores de origem no exterior.
- Dinamização da produção regional com base na mobilização de recursos internos.

Bibliografia: Alves e *al.* (1992: 3/86-3/89).

7.2.2. A teoria da base económica

- O enquadramento fornecido pela teoria keynesiana.
- A identificação das actividades da base.
- As actividades da base e as exportações.
- O divórcio entre actividades da base e actividades exportadoras.

Bibliografia: Armstrong e Taylor (1978: 34-37); Aydalot (1985: 119-127); Gouguet (1981: 63-83); Lopes (1987: 104-108, 291-294).

7.2.3. Os polos de crescimento e os polos tecnológicos

- Os polos de crescimento como política de promoção do crescimento económico nacional e de diferenciação do crescimento económico regional.
- Potencialidades e limites da política de polos de crescimento.
- Os polos tecnológicos ou reabilitação da teoria dos polos de crescimento.
- Efeitos de polarização *vs* efeitos de difusão dos polos tecnológicos.

Bibliografia: Alves e *al.* (1982: 3/96-3/100); Tellier (1985: 140-143).

7.2.4. A teoria do desenvolvimento endógeno

- A insuficiência das políticas baseadas no aproveitamento dos impulsos externos.
- A mobilização dos recursos locais e a satisfação das necessidades básicas.
- O autocentramento e a valorização da base territorial do desenvolvimento.

Bibliografia: Aydalot (1985: 144-150); Ferrão e Baptista (1992: 195-211); Stöhr (1981: 39-47, 61-63).

7.2.5. Os ganhos de competitividade como fundamento de uma política

- A mobilização simultânea de factores endógenos e de factores exógenos.
- De novo o *milieu innovateur* e as vantagens competitivas.

Bibliografia: Alves e *al.* (1992: 104-106); Dentinho (1993: 3-8); Monitor Company (1993: 7-11).

8. EVOLUÇÃO DO SISTEMA ESPACIAL PORTUGUÊS: AS REGIÕES, AS CIDADES E OS FENÓMENOS URBANOS, OS MÉTODOS

- A formação e o desenvolvimento do espaço económico português.
- A localização dos agentes individuais.
- A identificação de identidades regionais.
- Desequilíbrios regionais: desenvolvimento e superação.

8.1. A ANÁLISE DE LOCALIZAÇÃO

- Identificação das motivações de localização das actividades produtivas e das famílias.

8.1.1. A localização da indústria

- A análise da estrutura de *inputs* e de *outputs* da indústria.
- Os factores empíricos de localização, sua evolução, hierarquização ou associação.
- O padrão de localização da indústria.

Bibliografia: Aydalot (1985: 59-99).

8.1.2. A localização residencial

- Evolução e distribuição dos centros urbanos.
- Evolução e distribuição residencial nos centros urbanos.

8.2. A CRIAÇÃO DE ESPECIFICIDADES REGIONAIS E URBANAS

- A formação das regiões.
- As identidades regionais, sua dinâmica e desenvolvimento de desequilíbrios espaciais.

8.2.1. Identificação e classificação de regiões

- O óptimo de especialização-diversificação de uma região.
- Indicadores de similaridade.
- Polarização e decomposição matricial.
- A formação de agrupamentos.

Bibliografia: Alves e *al.* (1992: 4/61-4/63); Paelinck e Nijkamp (1985: 169-177, 189, 196-203, 331-333).

8.2.2. O coeficiente e o índice de diversificação

- Especialização *vs* dependência.
- Vantagens do índice de diversificação em relação ao coeficiente de diversificação.

Bibliografia: Alves e *al.* (1992: 4/72-4/78); Lopes (1987: 99-104).

8.2.3. O quociente e o coeficiente de localização

- Espaço e variável padrão.
- Localização de uma actividade numa região *vs* dispersão de uma actividade pelas regiões.

Bibliografia: Alves e *al.* (1992: 4/64-4/71); Lopes (1987: 53-59).

8.2.3. O método de Dunn e a análise de decomposição

- Noção de variação líquida regional.
- A reprodução das decomposições.

Bibliografia: Alves e *al.* (1992: 4/101-4/105); Lopes (1987: 59-63).

8.2.4. A análise *shift-share*

- A dinâmica regional: evolução estrutural e crescimento

quantitativo.

- Representação gráfica.

Bibliografia: Alves e *al.* (1992: 4/105-4/112); Lopes (1987:63-68);
Paelinck e Nijkamp (1985: 222-223).

8.3. O DESENVOLVIMENTO E SUPERAÇÃO DOS DESEQUILÍBRIOS

- Da medida à explicação dos desequilíbrios.
- Políticas de superação dos desequilíbrios *vs* políticas de desenvolvimento.

8.3.1. Indicadores dispersos de desequilíbrio

- A escolha dos indicadores e a perspectiva do analista.
- Indicadores absolutos, indicadores estandardizados e indicadores normalizados.
- Conclusões contraditórias ou não conformes e escolha de uma norma.

Bibliografia: Aydalot (1985: 161-163); Paelinck e Nijkamp (1985: 179-180).

8.3.2. A distância económica como indicador de síntese

- A superação dos inconvenientes anteriores através do cálculo de um indicador de síntese.
- O cálculo da distância em relação a uma norma.
- O cálculo de variáveis ortogonais como meio de obtenção de variáveis linearmente independentes.

Bibliografia: Alves e *al.* (1992: 4/84-4/88); Lopes (1987: 68-71);
Paelinck e Nijkamp (1975: 177-179).

8.3.3. A análise factorial e a análise de *clusters*

- A explicação de comportamentos e a redução do número de variáveis.
- Factores, parâmetros e sua interpretação.
- Representação gráfica.

- Dificuldades na interpretação dos resultados.

Bibliografia: Alves e *al.* (1992: 4/89-4/100); Lopes (1987: 71-73); Paelinck e Nijkamp (1975:207-207-211, 214-219, 240-243).

8.3.4. As políticas nacionais e comunitárias de desenvolvimento urbano e regional

- Referência à experiência dos Planos de Fomento.
- As disposições da Constituição e de alguns dos principais documentos programáticos.
- O Tratado de Roma, o Acto Único, os Regulamentos dos Fundos Comunitários Comunitários e respectivas reformas.
- Os PDR e o Quadro Comunitário de Apoio.
- Um diagnóstico da situação actual.

Bibliografia: Caetano (1982); Constituição; Tratado de Roma; Acto Único; Regulamentos dos Fundos Comunitários; Quadros Comunitários de Apoio e Relatórios de Avaliação; A Lei das Finanças Locais e suas revisões; Lopes (1987: 372-387).

8.3.5. Existe uma estratégia alternativa?

- O pressuposto de uma discussão nacional.
- O desenvolvimento de acessibilidades e a qualificação dos recursos humanos.
- A compatibilização do litoral com o interior, do continente com as ilhas, do nacional com o regional, do nacional com o regional e com o comunitário, do urbano e metropolitano com o rural.

Bibliografia: Alves (1987a); Lopes (1987: 139-152);

BIBLIOGRAFIA GERAL

- AYDALOT, P. (1985), *Économie Régionale et Urbaine*, Paris, Economica.
- ALVES M. B. V. e *al.* (1992), *Elementos de Apoio à Disciplina de Economia Regional e Urbana I*, Lisboa, ISEG, AEISEG.
- ALVES, M. B. V. (1987a), *Litoralidade, interioridade e mobilidade populacional*, *Nação e Defesa*, 45, 3-9, Lisboa, Instituto de Defesa Nacional.
- ALVES, M. B. V. (1987), *Descentralização e Interdependência Espacial de Processos de Decisão*, Lisboa, ISE, Tese de Doutoramento.
- ALVES, M. B. V. (1985), *A região autarquia local - onde estamos e para onde vamos*, in *Semeando Novos Rumos*, II vol., Évora, Congresso Sobre o Alentejo, 992-997.
- ARMSTRONG, H. e TAYLOR, J. (1978), *Regional Economic Policy and its Analysis*, Oxford, Philip Allan.
- BOUDEVILLE, J. R. (1972), *Aménagement du Territoire et Localisation*, Paris, M. Th. Génin.
- BOYCE, D. E., NIJKAMP, P. e SHEFER, D. (eds) (1990), *Regional Science. Retrospect and Prospect*, Londres, Spring-Verlag.
- BRUECKNER, J. K. (1987), *The structure of urban equilibria: an unified treatment of the Muth-Mills model*, in MILLS, E. S. (ed.), *Handbook of Regional and Urban Economics - Vol. II - Urban Economics*, North Holland, Cap. 20, 821-845.
- CAETANO, M. e *al.* (1982), *Poder Local em Portugal*, Lisboa, IED.
- CARDOSO, A. R. (1993), *Regional inequalities in Europe - have they really been decreasing?*, *Applied Economics*, 25, 1093-1100.
- CHAPMAN, K. e WALKER, D. F. (1991), *Industrial Location: Principles and Policies*, Oxford, Basil Blackwell Ltd.
- CHESHIRE, P. C. e EVANS, A. W. (eds.) (1991), *Urban and Regional*

- Economics**, Aldershot, Edward Publishing Company.
- CESHIRE, P. (1986), *Explaining the recent performance of the European Community's major urban regions*, *Urban Studies*, Abril, 311-333.
- DENTINHO, T. P. (1993), *Information Technologies and Regional Development. Reasons for a New Argument*, Moscovo, Comunicação ao 33º Congresso Europeu da *Regional Science Association*, 38p.
- DERYCKE, P.-H. (ed.) (1992), *Espace et Dynamiques Territoriales*, Paris, Economica.
- DERYCKE, P.-H. (1982), *Économie et Planification Urbaines - Théories et modèles*, Paris, P.U.F.
- FERRÃO, J. (1992), *Serviços e Inovação. Novos Caminhos para o Desenvolvimento Regional*, Oeiras, Celta Editora.
- FERRÃO, J. e BAPTISTA, A. M. (1992), *Industrialisation and endogenous development in Portugal: problems and perspectives*, in GARAFOLI, G. (ed.), *Endogenous Development and Southern Europe*, Aldershot, Avebury, 195-211.
- FUJITA, M. (1989), *Urban Economic Theory. Land Use and City Size*, Cambridge, Cambridge University Press.
- GARAFOLI, G. (ed.) (1992), *Endogenous Development and Southern Europe*, Aldershot, Avebury.
- GOUGUET, J.-J. (1981), *Pour une réhabilitation de la théorie de la base*, *Révue d'Économie Régionale et Urbaine*, 1, 63-83.
- JOHANSSON, B. e LEONARDI, G. (1986), *Public facility location: a multirregional and multi-authority decision context*, in NIJKAMP, P. (ed.), *Handbook of Regional and Urban Economics*, vol. I, *Regional Economics*, NHPC, 133-170.
- HOLLAND, S. (1976), *Capital versus the Regions*, Nova Iorque, St. Martin's Press.
- HURIOT, J.-M. (1988), *L'espace de production et la rente foncière*, in PONSARD, C. (ed.), *Analyse Économique Spatiale*, Paris, P.U.F., Cap.

1, 23-57.

- KALDOR, N. (1970), *The case for regional policies*, *Scottish Journal of Political Economy*, Nov., 337-348. Reproduzido em CHESHIRE, P. C. e EVANS, A. W. (eds.) (1991), *Urban and Regional Economics*, Aldershot, Edward Publishing Company, 222-233.
- KRESL, P.K. (1992), *The Urban Economy and Regional Trade Liberalization*, Praeger.
- LAJUGIE, J e al. (1979), *Espace Régional et Aménagement du Territoire*, Paris, Dalloz.
- LOPES, A. S. (1971), *As Funções Económicas dos Pequenos Centros*, Lisboa, Centro de Economia e Finanças, Instituto Gulbenkian de Ciência, F. C. G.
- LOPES, A. S. (1987), *Desenvolvimento Regional*, Lisboa, F. C. G.
- LUÍS, G. e RIBEIRO, C. S. (1985), *Álgebra Linear*, Lisboa, Mc Graw-Hill.
- KRESL, P. K. (1993), *The Urban Economy and Regional Trade Liberalization*, Nova Iorque, Praeger.
- MASON, C. (1992), *New firm formation and growth*, in MARTIN, R. e TOWNROE, P. (eds), *Regional Development in the 1990's - The British Isles in Transition*, Londres, Jessica Kingsley Publishers e Regional Studies Association, 150-160.
- MIGNOLET, M. (1992), *L'évaluation des politiques régionales: l'exemple des aides à l'investissement*, in DERYCKE, P.-H. (ed.), *Espace et Dynamiques Territoriales*, Paris, Economica.
- MILLS, E. S. (ed) (1987), *Handbook of Regional and Urban Economics - Vol. II - Urban Economics*, North Holland.
- MONITOR COMPANY (1993), *A Competitividade de Portugal*, Lisboa, Cedintec.
- MOUGEOT, M. (1975), *Théorie et Politique Économiques Régionales*, Paris, Economica.

- NIJKAMP, P. (1986), *Handbook of Regional and Urban Economics*, vol. I, *Regional Economics*, NHPC.
- PAELINCK, J. H. e NIJKAMP, P. (1975), *Operational Theory and Method in Regional Economics*, Saxon House.
- PELLEGRINO, P. E *al.* (1986), *Les sciences sociales et l'aménagement du territoire*, Colóquio sobre Ordenamento do Território, Covilhã, CIUR-JNICT.
- PERREUR, J. (1988), *La localisation des unités de production*, in PONSARD, C. (ed.), *Analyse Économique Spatiale*, Paris, P.U.F., 93-157.
- PONSARD, C. (1988), *Analyse Économique Spatiale*, Paris, P.U.F.
- SMITH, D. M. (1971), *Industrial Location. An Economic Geographical Analysis*, John Wiley & Sons Inc.
- STÖHR, W. B. (1992), *Development from below: the bottom-up and periphery-inward development paradigm*, in STÖHR, W. B. e TAYLOR, D. R. F. (eds.), *Development From Above or Below? The Dialectics of Regional Planning in Development Countries*, Nova Iorque, John Wiley and Sons, 39-72.
- STÖHR, W. B. e TAYLOR, D. R. F. (eds.) (1992), *Development From Above or Below? The Dialectics of Regional Planning in Development Countries*, Nova Iorque, John Wiley and Sons.
- STRASZHEIM, M. (1987), *The theory of urban residential location*, in MILLS, E. S. (ed), *Handbook of Regional and Urban Economics - Vol. II - Urban Economics*, North Holland, Cap. 18, 717-757.
- TELLIER, L-N, (1985), *Economie Spatiale, Rationalité Économique de l'Espace Habité*, Québec, Gaëtan Morin.
- ZOLLER, H. G. (1988), *L'espace résidentiel et le prix du logement*, in PONSARD, C. (1988), *Analyse Économique Spatiale*, Paris, P.U.F., Cap.2, 59-91.

4. MÉTODOS DE ENSINO

4. MÉTODOS DE ENSINO

4.1. O tipo e a distribuição das aulas

A estrutura do Programa é particularmente adequada à existência de aulas em que predomina a componente expositiva por parte dos docentes e de aulas em que se faz apelo a uma maior participação dos alunos. O facto de estarem previstas 5 horas de aulas semanais possibilita a constituição de módulos que se ajustam àquele objectivo.

A minha proposta é a de que se organizem módulos semanais com duas aulas de hora e meia de duração e uma aula com a duração de duas horas. As aulas com a duração de hora e meia destinar-se-ão a exposições de enquadramento por parte do docente, embora aí também seja incentivada a participação dos alunos. As aulas de duas horas serão essencialmente aulas de laboratório em que o trabalho dos alunos em torno de casos de estudo será predominante.

Através do ponto 8. do Programa os alunos serão levados a contactar com a realidade do espaço português (não esquecendo o seu enquadramento internacional). Deste ponto de vista não se tratará do último ponto do Programa, mas antes de um ponto que irá sendo desenvolvido, sempre que possível com a preocupação de acompanhamento, à medida que se vai progredindo na exposição dos restantes pontos do programa.

Para a distribuição dos vários pontos do Programa ao longo do semestre vou admitir semestres de 13 semanas, o que significa 26 aulas de hora e meia (39 horas de aula) e 13 aulas de duas horas (26 horas de aula). Assim sendo proponho a seguinte distribuição:

1. MULTIDIMENSIONALIDADE DO ESPAÇO: DO ESPAÇO
OBJECTO AO ESPAÇO SUJEITO E À ORDEM NO TERRITÓRIO
[4,5 HORAS = 3 AULAS]

1.1. Noções de espaço

[1,5 Horas = 1 Aula]

1.2. Os agentes económicos face ao espaço: funções e comportamentos

[1,5 Horas = 1 Aula]

1.3. Multidimensionalidade do espaço tornado sujeito. Construção e
salvaguarda de uma ordem no território.

[1,5 Horas = 1 Aula]

2. DA LOCALIZAÇÃO DA EMPRESA ISOLADA À LOCALIZAÇÃO DA
EMPRESA EM CONTEXTO CONCORRENCIAL E À
LOCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

[7,5 HORAS = 5 AULAS]

2.1. A localização da empresa isolada

[3 Horas = 2 Aulas]

2.2. Modelos de partição de mercados

[3,5 Horas = 2,3(3) Aulas]

2.3. Localização e distribuição de bens e serviços públicos

[1 Hora = 0.6(6) Aula]

3. INTERDEPENDÊNCIA DE TODAS AS LOCALIZAÇÕES: MODELOS
DE EQUILÍBRIO GERAL E ABORDAGENS ALTERNATIVAS

[4,5 HORAS = 3 AULAS]

3.1. Modelos de equilíbrio geral

[3 Horas = 2 Aulas]

3.2. Insuficiências da teoria do equilíbrio geral e formulações alternativas

[1,5 Horas = 1 Aula]

4. FORMAÇÃO DE SISTEMAS URBANOS

[4,5 HORAS = 3 AULAS]

4.1. Da localização de equipamentos terciários à hierarquização de centros urbanos

[2 Horas = 1,3(3) Aulas]

4.2. Da formação da rede urbana à competitividade entre áreas e sistemas urbanos

[2,5 Horas = 1,6(6) Aulas]

5. A ORGANIZAÇÃO INTRA-URBANA: A EVOLUÇÃO DAS CIDADES, A RENDA FUNDIÁRIA E AS TEORIAS EXPLICATIVAS DA ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

[6 HORAS = 4 AULAS]

5.1. O estado e a perspectiva de evolução das cidades

[1,5 Horas = 1 Aula]

5.2. A renda fundiária e o preço do solo urbano

[1,5 Horas = 1 Aula]

5.3. Os primórdios da modelização do espaço urbano

[1,5 Horas = 1 Aula]

5.4. *A nova economia urbana*

[1,5 Horas = 1 Aula]

6. MODELOS DE CRESCIMENTO E DE DESENVOLVIMENTO ESPACIAL: LÓGICA DOS EQUILÍBRIOS VS LÓGICA DOS DESEQUILÍBRIOS

[6 HORAS = 4 AULAS]

6.1. Das teorias do equilíbrio às teorias do desequilíbrio

[1,5 Horas = 1 Aula]

6.2. As teorias do desequilíbrio

[4,5 Horas = 3 Aulas]

7. O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E A FORMULAÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO

[6 HORAS = 4 AULAS]

7.1. Das teorias à estratégia e à política

[3 Horas = 2 Aulas]

7.2. As teorias para suporte de uma intervenção

[3 Horas = 2 Aulas]

8. EVOLUÇÃO DO SISTEMA ESPACIAL PORTUGUÊS: AS REGIÕES, AS CIDADES E OS FENÓMENOS URBANOS, OS MÉTODOS

[26 HORAS = 13 AULAS]

8.1. A análise de localização

[8 Horas = 4 Aulas]

8.2. A criação de especificidades regionais

[8 Horas = 4 Aulas]

8.3. O desenvolvimento e a superação dos desequilíbrios

[10 Horas = 5 Aulas]

4.2. Os métodos de avaliação

Considero que os métodos de avaliação deverão surgir como o resultado final dos métodos de aprendizagem, em que se cruzam por um

lado, as matérias sujeitas a leccionação e auto-aprendizagem e por outro, as capacidades que se pretende valorizar nos alunos.

Do primeiro ponto de vista, existem matérias de índole mais teórica e outras natureza mais empírica. Do segundo, deverá fazer-se apelo à capacidade de raciocínio do aluno, não esquecendo, no entanto, que esta pode ser enormemente potenciada se adequadamente conjugada com o exercício da memória. Esta última capacidade tem vindo, a meu ver injustificadamente e com enormes prejuízos intelectuais para os alunos, a ser desvalorizada pela generalidade dos métodos pedagógicos que têm vindo a ser adoptados. O erro não está no uso da memória, mas sim no seu uso em substituição do raciocínio.

Parece pacífico que as matérias de índole mais teórica sejam objecto de realização de prova escrita ou de exposição oral e que as restantes possam ser avaliadas através de um trabalho preparado pelos alunos com base em orientações fixadas nas aulas de laboratório, e que posteriormente será discutido com o docente.

Com vista a valorizar o hábito de, simultaneamente, uzar a capacidade de raciocínio e a memória, serão sobre a mesma matéria realizadas duas provas escritas, uma com consulta e outra sem consulta. Alternativamente, poderá considerar-se a hipótese de existir apenas uma prova, com duas partes, sendo uma realizada com consulta e outra sem consulta.

Às provas, ou à prova, escrita realizada será atribuída na classificação final uma ponderação final de 60%. Para o trabalho, preparado e discutido pelos alunos, será fixada uma ponderação de 40%.

Para o desenvolvimento do trabalho acima referido os alunos serão convidados a realizarem um trabalho que terá três partes:

1. Localização de uma actividade;
2. Caracterização do espaço económico de uma região;
3. Explicitação de desequilíbrios inter-regionais, enunciado de estratégias e medidas de política que possibilitem a sua

superação, incluindo alguma pré-avaliação da eficácia das medidas de política adoptadas.

Na sequência da realização de cada uma destas componentes os alunos entregarão ao docente um Relatório de Progresso onde estará já fixada a estrutura final do trabalho para essa componente. As modificações que ulteriormente possam ocorrer deverão ser marginais ou obter a aprovação explícita do docente, após apresentação de justificação que terá sempre natureza extraordinária.

Dezembro de 1993

Manuel Brandão de Vasconcelos Alves